

**O parque Bernado Berneck sobre a perspectiva em educação ambiental sobre o viés do ensino em geografia na base nacional comum curricular**

*Parque Bernado Berneck about the perspective in environmental education about the vies of teaching geography in the national common curriculum base*

*Parque Bernado Berneck sobre la perspectiva en educación ambiental sobre las vias de la enseñanza de la geografía en la base nacional del currículo común*

**Robson Ferreira da Silva Carvalho**

Mestrando, UFMT, Brasil  
carvalhorobson468@gmail.com

**Sandra Magali de Amorim Carvalho**

Professora Mestre, SEDUC MT, Brasil.  
sandramorimgeo@gmail.com

**Ricardo Luiz de Moura**

Professor Especialista, SEDUC MT, Brasil  
ricardo.moura@edu.mt.gov.br

**RESUMO**

O desafio de conciliar o desenvolvimento econômico com a gestão ambiental urbana é complexo e exige a participação de diversos atores sociais. Não basta preservar os recursos ambientais, mas também garantir condições dignas de vida para a população, evitando a exclusão social e os conflitos urbanos. Para isso, é preciso planejar o uso do solo urbano, o saneamento básico, a mobilidade, a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, entre outros aspectos relevantes para a sustentabilidade urbana. Além disso, é necessário implementar instrumentos legais e políticas públicas que orientem o desenvolvimento das cidades de acordo com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU. O desenvolvimento econômico e a gestão ambiental urbana representam um desafio complexo para as sociedades na atualidade, haja vista não se tratar apenas de considerar a preservação dos recursos ambientais, mas também de assegurar condições à população, propiciando assim que parcelas da sociedade não sejam excluídas do processo de desenvolvimento das cidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Ambiental. Sustentável

**SUMMARY**

*The challenge of reconciling economic development with urban environmental management is complex and requires the participation of different social actors. It is not enough to preserve environmental resources, but also to ensure dignified living conditions for the population, avoiding social exclusion and urban conflicts. For this, it is necessary to plan the use of urban land, basic sanitation, mobility, mitigation and adaptation to climate change, among other aspects relevant to urban sustainability. In addition, it is necessary to implement legal instruments and public policies that guide the development of cities in accordance with the UN Sustainable Development Goals. Economic development and urban environmental management represent a complex challenge for societies today, given that it is not just a question of considering the preservation of environmental resources, but also of ensuring conditions for the population, thus providing that parts of society are not excluded from the city development process.*

**KEYWORDS:** Education. Environmental. sustainable

**RESUMEN**

*El desafío de conciliar el desarrollo económico con la gestión ambiental urbana es complejo y requiere la participación de diferentes actores sociales. No basta con preservar los recursos ambientales, sino también con asegurar condiciones de vida dignas para la población, evitando la exclusión social y los conflictos urbanísticos. Para ello, es necesario planificar el uso del suelo urbano, el saneamiento básico, la movilidad, la mitigación y adaptación al cambio climático, entre otros aspectos relevantes para la sostenibilidad urbana. Además, es necesario implementar instrumentos legales y políticas públicas que orienten el desarrollo de las ciudades de acuerdo con los Objetivos de Desarrollo Sostenible de la ONU. El desarrollo económico y la gestión ambiental urbana representan un desafío complejo para las sociedades de hoy, dado que no se trata sólo de considerar la preservación de los recursos ambientales, sino también de asegurar condiciones para la población, procurando que partes de la sociedad no queden excluidas de la proceso de desarrollo de la ciudad.*

**PALABRAS CLAVE:** Educación. Ambiental. sostenible

## **INTRODUÇÃO**

De acordo com vários estudos pode-se dizer que a origem do termo paisagem é muito mais antiga do que se pode imaginar, sendo que o mesmo é empregado há mais de mil anos por meio da palavra alemã *landschaft* (paisagem) e desde então vem tendo uma evolução linguística muito significativa (TROLL, 1997).

A educação ambiental é um processo de aprendizagem que visa à formação de cidadãos conscientes e responsáveis pela preservação do meio ambiente. Ela aborda temas como sustentabilidade, conservação, consumo, reciclagem, entre outros. Busca desenvolver uma visão crítica e holística sobre a relação entre o homem e a natureza. Neste sentido a educação ambiental pode ser realizada em diferentes espaços e contextos: desde as escolas até as comunidades, empresas e organizações não governamentais.

E em se tratando da educação ambiental é um tema transversal que permeia todas as áreas de conhecimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio. Ela visa desenvolver nos estudantes uma consciência crítica e ética sobre as questões socioambientais, bem como uma postura de responsabilidade e consumo consciente. Por meio de atividades investigativas, experimentais e interdisciplinares, os estudantes podem compreender a complexidade e a interdependência dos sistemas naturais e humanos, e desenvolver habilidades para atuar de forma crítica e propositiva na solução de problemas ambientais.

O desenvolvimento econômico e a gestão ambiental urbana representam um desafio complexo para as sociedades na atualidade, haja vista não se tratar apenas de considerar a preservação dos recursos ambientais, mas também de assegurar condições à população, propiciando assim que parcelas da sociedade não sejam excluídas do processo de desenvolvimento das cidades. O ambiente urbano ou da cidade, engloba tanto o natural quanto o transformado, resultante da ação humana (OLIVEIRA, 2007).

De acordo com Ivelise & Germano (2009), faz-se necessário que o ser humano esteja sensibilizado para a importância dos Recursos Naturais, a fim de viabilizar sua própria existência na Terra e proceder a um efetivo equilíbrio entre a utilização racional e a preservação dos bens naturais, para que as futuras gerações recebam seu legado e tenham a oportunidade de contribuir para a preservação da vida no planeta que favorecem a participação cidadã na defesa da qualidade de vida e da sustentabilidade. A educação ambiental reconhece a diversidade biocultural e incentiva o consumo responsável e a solidariedade na repartição dos recursos. Portanto, a educação ambiental é um processo contínuo e dinâmico que contribui para a formação de cidadãos ativos e comprometidos com o bem-estar humano e planetário.

## **OBJETIVOS**

O objetivo da educação ambiental é conscientizar as pessoas sobre a importância de preservar e proteger os recursos naturais e a biodiversidade do planeta. A educação ambiental visa desenvolver uma ética ambiental que oriente as ações individuais e coletivas em relação ao meio ambiente, promovendo o uso sustentável dos recursos e a redução dos impactos ambientais.

A educação ambiental também busca estimular a participação cidadã na gestão ambiental e na solução dos problemas ambientais locais e globais. Esta é uma abordagem teórica que pode contribuir para o ensino de geografia, especialmente no contexto da Base Nacional

Comum Curricular (BNCC). Neste texto, pretendemos refletir sobre como essa abordagem pode auxiliar na compreensão e na problematização da questão da preservação de formações vegetais, que é um dos temas mais relevantes e urgentes da atualidade.

Para isso, faremos uma análise crítica das políticas educacionais e da geografia escolar, que muitas vezes tratam a questão ambiental de forma superficial e descontextualizada. Em seguida, apresentaremos alguns conceitos e princípios do conceito de paisagem que nos permitem entender a relação entre poder, território e conflitos socioambientais.

Por fim, sugeriremos algumas mediações pedagógicas que podem favorecer uma prática de ensino crítica, reflexiva e transformadora, que considere as múltiplas dimensões da questão da preservação e a sua importância para a formação cidadã dos estudantes.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa é de cunho qualitativa é uma forma de investigar fenômenos sociais e humanos de forma subjetiva e contextualizada. Ela busca compreender as percepções, crenças, valores e relações dos indivíduos envolvidos em uma determinada situação. Existem diferentes tipos de pesquisa qualitativa, como a etnográfica, a documental e o estudo de caso. Cada uma delas tem suas características e objetivos específicos.

Para um pesquisador, pode ser interessante revisitar áreas já exploradas por outros autores, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre certos fenômenos ou verificar como eles podem ser afetados por diferentes fatores. Nesse sentido, o estudo de caso se apresenta como uma alternativa metodológica que permite uma análise mais detalhada e contextualizada dos fatos. Segundo Gil (1987), o estudo de caso não é apenas um método ou uma técnica de coleta de dados, mas um delineamento de pesquisa que envolve várias etapas, desde a formulação e delimitação do problema até a interpretação dos resultados.

O estudo de caso, assim como o experimento e o levantamento, segue princípios e regras que garantem a validade e a confiabilidade da investigação. Dessa forma, o pesquisador deve ter clareza sobre os objetivos, as hipóteses, a amostra, os procedimentos e os critérios de análise que serão utilizados no seu estudo de caso (Gil, 2009).

A pesquisa consistiu em duas etapas:

- Revisão de literatura e documentos;
- Análise e interpretação dos dados obtidos.

A revisão de literatura se apoiou em fontes como revistas, jornais, artigos e livros que abordam o conceito de educação ambiental, Base Nacional Curricular Comum e paisagem. Nesse contexto, é importante ressaltar o aspecto da composição da paisagem, pois é através dela que as contradições e os desafios emergem na relação entre homem e natureza.

Além dos fatores que impactaram o dia a dia não só local mas também nacional. Essa discussão deve ser primeiramente um debate amplo em que os setores da sociedade sejam escutados e envolvidos, para que possamos ter uma abordagem de discussões que transcendam.

## **RESULTADOS**

A escola pública vem sendo questionada acerca de seu papel diante das transformações dos sistemas sociais e econômicos que atualmente vivenciam o mundo (LIBÂNIO; OLIVEIRA;

TOSCHI, 2010). Neste contexto, é importante analisar como a escola pública pode contribuir para a formação de cidadãos críticos, participativos e capazes de atender às demandas dinâmicas da sociedade contemporânea.

Segundo Alves (2001), a escola pode servir tanto para reproduzir as injustiças como para promover mudanças. Para isso, é preciso que a escola pública tenha uma gestão democrática, um corpo docente qualificado e comprometido, e um projeto pedagógico que articule os conhecimentos científicos com as realidades locais e globais.

A escola pública também deve ser vista como um investimento de longo prazo, que pode gerar benefícios sociais e econômicos para o país. A educação pública de qualidade é um direito de todos e um dever do Estado, que deve garantir os recursos necessários para o seu funcionamento adequado. A escola pública, portanto, tem um papel fundamental na transformação social, pois é nela que se formam os futuros agentes dessa transformação.

A educação ambiental é um processo educativo que visa à conscientização sobre a relação entre o ser humano e a natureza, buscando a promoção de sociedades sustentáveis e responsáveis. A história da educação ambiental no mundo e no Brasil envolve diversos eventos e documentos que contribuíram para a sua definição, objetivos, princípios e estratégias.

Um dos primeiros registros do termo "educação ambiental" data de 1948, em um encontro da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) em Paris. No entanto, foi a partir da Conferência de Estocolmo, em 1972, que a educação ambiental ganhou destaque na agenda internacional, diante dos problemas ambientais decorrentes do modelo de desenvolvimento industrial e consumista.

Em 1975, foi lançado em Belgrado (na então Iugoslávia) o Programa Internacional de Educação Ambiental, que definiu os princípios e orientações para o futuro. Em 1977, ocorreu em Tbilisi (na Geórgia) a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, que estabeleceu as bases conceituais e metodológicas da educação ambiental, reconhecendo-a como um instrumento para a transformação social e ambiental.

Em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), a sociedade civil elaborou o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, que reafirmou os princípios da educação ambiental para a construção de um pensamento crítico, coletivo e solidário, baseado na diversidade, na interdisciplinaridade e na participação.

No Brasil, o processo de institucionalização da educação ambiental no governo federal teve início em 1973 com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), vinculada à Presidência da República. Em 1981, foi promulgada a Lei nº 6.938, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente e previu a educação ambiental como um dos instrumentos para a sua implementação.

Em 1999, foi sancionada a Lei nº 9.795, que estabeleceu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e definiu a educação ambiental como um processo permanente e integrado à educação formal e não formal. Em 2002, foi lançado o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), que apresentou as diretrizes para a execução da PNEA em diferentes setores e níveis.

A educação ambiental no Brasil e no mundo tem enfrentado diversos desafios e avanços ao longo da sua trajetória histórica. Ela se configura como uma prática educativa essencial para o enfrentamento da crise ambiental e para a construção de uma cidadania planetária comprometida com a ética socioambiental.

O meio ambiente passou a ser um bem tutelado juridicamente e a Educação Ambiental está vinculada à sua preservação, como cita a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que, em seu art. 225 estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: [...] VI – Promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (BRASIL, 1988).

O Estado de Mato Grosso, já no ano de 2022, implanta o “pioneirismo com base na Base Nacional Curricular Comum, sem que houvesse maiores debates sobre o referido tema. Ao implantar a BNCC enquanto norteadora curricular em Mato Grosso, as questões relacionadas a maneira como seria essa condução não estão muito claras, até porque o Estado de Mato Grosso apresenta uma grande diversidade natural e cultural.

Quando se trata de educação e em especial do currículo cabe reflexões quanto as práticas pedagógicas que deverão ser utilizadas de acordo com cada escola, pois cada comunidade escolar apresenta particularidades que as distinguem das demais.

Dentre a justificativa para a implantação da Base Nacional Comum Curricular é que a mesma promoveria a melhoria da qualidade da educação no país por meio do estabelecimento de um patamar de aprendizagem e desenvolvimento a que todos os alunos tem direito (BRASIL, MEC, 2017).

A BNCC, ao definir as aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas a todos os estudantes brasileiros – ou, de forma simplificada, estabelecer um ponto de chegada comum -, expressa um parâmetro de qualidade e equidade para a educação básica nacional.

No entanto, esse parâmetro não deve ser entendido como uma camisa de força, mas como um referencial que orienta as escolas na elaboração de seus projetos pedagógicos e currículos. A BNCC também reconhece a importância da diversidade cultural e ambiental do país e valoriza as experiências e saberes locais dos estudantes. Nesse sentido, a Educação Ambiental se insere como um componente transversal e integrador da BNCC, que visa formar cidadãos conscientes e comprometidos com a sustentabilidade do planeta.

A Educação Ambiental não é uma disciplina isolada, mas um tema que perpassa todas as áreas de conhecimento e se articula com os objetivos de aprendizagem e competências gerais da BNCC. A Educação Ambiental também se relaciona com os direitos humanos, a ética, a cidadania e a democracia, pois busca promover uma educação emancipatória e transformadora da realidade social e ambiental.

Essa igualdade também deve se concretizar nas oportunidades de acesso e de permanência da Educação Básica, condições para que o direito de aprender seja assegurado. (Brasil, 2020)”. Entretanto não é a concepção que nos é transmitida, há ainda um currículo distante da realidade de vida dos alunos.

Antes, de mais nada é importante reconhecer o papel da escola pública como um local para se debater temas que são relevantes para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada.

O estudo de paisagem em geografia e educação ambiental é uma forma de compreender a relação entre o ser humano e a natureza, a partir da percepção dos diferentes elementos que compõem o espaço vivido.

A paisagem pode ser definida como tudo aquilo que nós podemos identificar e interpretar por meio dos nossos sentidos (visão, audição, olfato, tato e paladar) em um determinado lugar. A paisagem pode ser classificada em natural ou cultural, dependendo do grau de interferência humana nos seus componentes.

A abordagem fenomenológica se relaciona com o estudo de paisagem, pois considera as formas individuais de sentir e perceber o espaço, levando em conta as experiências, os valores e as emoções dos sujeitos. A percepção ambiental é um processo subjetivo e dinâmico, que envolve a interação entre o observador e o observado. A percepção ambiental pode contribuir para a educação ambiental, tanto na educação formal quanto na não formal, pois possibilita o desenvolvimento de uma consciência crítica e reflexiva sobre as questões ambientais. Segundo Gomes (2006), a relação entre a humanidade e a natureza ainda é marcada pelo paradigma antropocentrismo, que considera o ser humano como o centro e o fim de todas as coisas. Esse paradigma legitima a exploração dos recursos naturais como se eles fossem ilimitados e inesgotáveis, e como se não houvesse consequências para o equilíbrio ecológico. Essa visão é insustentável e precisa ser superada por uma ética ambiental que reconheça o valor intrínseco da natureza e a responsabilidade da humanidade em preservá-la.

A educação ambiental é um processo educativo que visa à formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a preservação e a transformação do meio ambiente. A educação ambiental deve problematizar as representações do meio ambiente de diferentes grupos sociais, permitindo aos alunos desvendar outras percepções de natureza e se tornarem agentes transformadores na sociedade. A educação ambiental deve também incorporar o conhecimento da percepção ambiental dos sujeitos acerca da paisagem, favorecendo ações mais efetivas e comprometidas com a formação/reconstrução de valores, mudanças atitudinais e construção de saberes.

Uma das formas de se trabalhar a educação ambiental em geografia é por meio de estratégias que promovam a reflexão crítica sobre as relações entre sociedade e natureza. Algumas propostas de estratégias são:

- Realizar saídas de campo para observar e analisar diferentes paisagens e seus processos de transformação ao longo do tempo e do espaço.
- Utilizar recursos audiovisuais, como filmes, documentários, mapas e imagens de satélite, para ilustrar e discutir temas ambientais relevantes, como mudanças climáticas, desmatamento, poluição, biodiversidade etc.
- Promover debates e seminários com a participação de especialistas, representantes de movimentos sociais e ambientais, gestores públicos e outros atores envolvidos nas questões ambientais.
- Desenvolver projetos de pesquisa e intervenção que envolvam a comunidade escolar e o entorno, buscando identificar problemas ambientais locais e propor soluções coletivas e participativas.
- Estimular a leitura e a produção de textos críticos sobre as temáticas ambientais, utilizando diferentes gêneros e linguagens, como artigos, reportagens, ensaios, poemas, cartazes etc.

Portanto essas são algumas sugestões de estratégias que podem contribuir para uma educação ambiental em geografia que seja crítica, reflexiva e transformadora.

A educação ambiental é um campo de conhecimento e de prática que visa à formação de cidadãos críticos e conscientes sobre as questões socioambientais que afetam o planeta e a

vida humana. Para isso, é necessário que a educação ambiental se baseie em uma perspectiva interdisciplinar, holística e transformadora, que articule os saberes científicos, culturais e populares, e que promova a participação social e a sustentabilidade. Nesse sentido, é importante citar alguns autores que pontuam sobre a educação ambiental e contribuem para o seu desenvolvimento teórico e prático.

Segundo Leff (2010), a educação ambiental (EA) não se limita a ensinar sobre o meio ambiente, mas sim a promover uma educação socioambiental, que considere a relação entre o ser humano e a natureza a partir do significado de suas culturas. Essa abordagem possibilitaria uma integração entre o pensamento humano e o potencial natural, por meio da interconexão de uma diversidade de formas produtivas de recriar os povos com "suas naturezas".

Para (Jacobi 2003) "Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade", ele defende que a educação ambiental deve ser um ato político voltado para a transformação social, que envolva os diversos atores do universo educativo e que busque uma ação holística que relacione o homem, a natureza e o universo." Ou seja, é importante destacar a importância das políticas públicas e do currículo escolar para a efetivação da educação ambiental.

De acordo com Carlos (1992), "dois elementos se destacam na composição da paisagem: o espaço construído, ou seja, os diferentes usos do solo determinado pelo capital, e o movimento da vida, que é a dinamicidade das atividades humanas". Portanto o conceito de paisagem segundo Fani é o de uma construção social e histórica que expressa as relações entre os seres humanos e o meio ambiente. Para Fani, a paisagem não é apenas um conjunto de elementos naturais e artificiais, mas também um espaço de significados, valores e identidades que são produzidos e reproduzidos pelos sujeitos que a habitam e a transformam. A paisagem, portanto, é um produto e um processo que envolve dimensões materiais e simbólicas, objetivas e subjetivas, estáticas e dinâmicas.

E seguindo esse pensamento de acordo com Santos (1978), o espaço não é uma superfície homogênea e neutra, mas sim um produto das relações sociais e políticas que se estabelecem entre os diferentes agentes que o ocupam e o transformam. Assim, o espaço reflete e reproduz as desigualdades de poder que existem entre instituições, firmas e homens, criando uma rugosidade que expressa as contradições e os conflitos da sociedade.

O espaço geográfico é o resultado das transformações que a sociedade realiza na natureza, de acordo com as suas necessidades e interesses. Nesse processo, o espaço reflete e reproduz as desigualdades sociais, econômicas e culturais que existem entre os diferentes grupos e classes sociais. A organização do espaço é influenciada pelo poder político, pela distribuição de renda, pelo acesso à educação e aos serviços públicos, entre outros fatores. Assim, o espaço geográfico não é neutro nem homogêneo, mas sim um campo de conflitos e contradições que expressam a realidade social.

Segundo Milton Santos, a educação ambiental é uma forma de conscientizar os cidadãos sobre a importância de preservar o meio geográfico, entendido como o espaço construído pelas relações sociais, culturais, políticas e econômicas. A educação ambiental deve ser interdisciplinar e crítica, dialogando com diferentes áreas do conhecimento e com as realidades locais e globais. Para Milton Santos, a educação ambiental deve contribuir para a formação de sujeitos capazes de compreender e transformar a sociedade, buscando uma maior justiça social e ambiental. Nesse sentido, a educação ambiental se inspira nas contribuições de outros pensadores, como Jean-Jacques Rousseau e Paulo Freire, que defendiam uma educação voltada para a emancipação humana e para o respeito à natureza.



Se faz necessário o envolvimento no estudo da paisagem a reflexão em relação ao modelo de exploração pelo qual os recursos naturais estão sendo submetidos. Portanto, ao trazermos temas que se relacionem com a paisagem local, será permitido que os alunos tenham a oportunidade de se posicionarem quanto a maneira pela qual a paisagem está sendo construída, abrindo a possibilidade de se posicionar de maneira crítica em relação aos problemas encontrados. Para Puntel (2015) “O papel da Geografia é o de promover conhecimento, reflexão, compreensão, observação, permitindo interpretar e saber pensar o espaço geográfico, que é um produto histórico”.

A paisagem é considerada um instrumento essencial de leitura e de aprendizagem no ensino da Geografia. Acredita-se que seja importante desenvolver, nas crianças e nos adolescentes, a capacidade de compreensão das diferentes paisagens, reconhecendo seus elementos sua história, suas práticas sociais, culturais e suas dinâmicas naturais, assim como a interação existente entre eles.(PUNTEL, 2015 p. 285).

Portanto, há a necessidade de se propor estudos que promovam um recorte relacionado ao ensino de Geografia, sobre uma perspectiva que possa preencher a lacuna deixada pela Base Nacional Comum Curricular, onde não há uma preocupação sobre a segurança hídrica de maneira específica.

Um currículo escolar que não promova ampliação do que é apresentado, se torna apenas meros documentos que servem apenas para justificar uma tirania imposta pelas diretrizes educacionais, forjadas por indivíduos que não vivenciam a realidade escolar como de fato ela é apresentada.

Assim, a presença dos estudos geográficos de forma, mais significativa, e que se consolidem de acordo com a relação do cotidiano dos alunos com práticas educacionais que tratem de temas relevantes, sobretudo no lugar onde estes estão inseridos.

Neste contexto a categoria paisagem e a relação com o lugar, podem contribuir para a formação de estudantes que saibam se posicionar sobre temas que envolvam as relações sociais e ambientais.

Para romper com a prática tradicional da sala de aula, não adianta apenas a vontade do professor. É preciso que haja concepções teórico- metodológicas capazes de permitir o reconhecimento do saber do outro, a capacidade de ler o mundo da vida e reconhecer a sua dinamicidade, superando o que está posto como verdade absoluta. É preciso trabalhar com a possibilidade de encontrar formas de compreender o mundo, produzindo um conhecimento que é legítimo. (CALLAI, 2005, p. 231)

Em muitos momentos em sala de aula o professor na preocupação frente as cobranças curriculares impostas a nível local, regional ou nacional, perde a grande oportunidade de promover temas que de fato propiciarão debates que sejam relevantes para os alunado.

Já, sem demora, a educação deve de fato libertar e não promover a opressão ao difundir práticas curriculares engessadas nos livros didáticos que se apresentam distantes de realidades vivencias no cotidiano dos estudantes de uma forma geral.

Neste sentido, a principal missão na educação é :

Promover a justiça social, pois ao buscar a sustentabilidade do território objetiva-se, como premissa, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida socioambiental. Mas, isto só será possível quando a formação dos indivíduos seja ampliada de forma a procurar o pensamento crítico responsável e responsivo diante da realidade objetiva do território vivido.(Sales,2021)

Em muitos aspectos se estuda sobre a poluição ambiental, se aproximar, contudo, ao local, de origem dos indivíduos, ao se tratar desses temas a escola pode promover discussões, por meio de aulas de campo no entorno da comunidade escolar.

Dessa maneira locais de preservação nas cidades podem propiciar estudos que possam promover tais análises. Os parques de preservação ambiental são áreas protegidas que têm como objetivo conservar a biodiversidade, os recursos naturais e os serviços ecossistêmicos, além de promover a educação ambiental e o ecoturismo. Os parques de preservação ambiental são espaços privilegiados para a realização de atividades educativas que estimulem a valorização e o respeito pela natureza, bem como a participação cidadã na gestão ambiental.

O surgimento de Parques de visitação pública é benéfico para a qualidade de vida, uma vez que o acesso não se restringe somente para alguns setores da sociedade. Entretanto, para tal, se faz necessário que os agentes públicos ofereçam áreas que de fato possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida para todos.

O lazer representa não só a necessária reposição de forças de trabalho, como o momento propício para o desenvolvimento dos laços afetivos do indivíduo com os que convivem em seu entorno.

Há uma grande necessidade de espaços para lazer que possibilitariam minimizar as condições de estresse dos munícipes especialmente aqueles que não possuem recursos para exercer o direito de lazer em outras áreas mais longínquas do seu entorno.

Além disso, os parques podem interferir de maneira positiva em relação ao clima da cidade conforme o que nos relata Maitelli:

Entre as superfícies vegetadas que podem influenciar o clima de uma cidade destacam-se os parques. Essas áreas que, em geral, possuem árvores de médio e grande porte concentradas num espaço contínuo exercem um certo controle sobre a circulação do ar dentro e acima do sistema arbóreo. Isto ocorre devido às condições de alta pressão originada pela temperatura mais baixa nesse ambiente em relação às concentrações de prédios e edifícios (MAITELLI, 2014, p. 84).

De acordo com Jevinski & Macedo (2014), o estado de Mato Grosso atualmente, possui sob sua administração, um total de 4.238.167 hectares de Unidades de Conservação (UC), sendo no âmbito federal, Estadual e Municipal, sendo assim distribuídas: 810.313 há em UCs Federais; 2.630.390 há em UCs Estaduais; e 797.464 há em UCs Municipais.

A preocupação com o lazer no planejamento urbano pelos governantes veio avançando juntamente com as mudanças econômicas e sociais ao longo da segunda metade do século XIX e durante o século XX. Com a aglomeração da população nas cidades, uma especialização das funções que passam a ser cada vez mais tediosas, repetitivas e reivindicações para diminuição das horas de trabalho, o lazer foi se tornando cada vez mais constante e necessário.

Dessa maneira, o poder público deve oferecer nessas áreas públicas mecanismos que propiciem as visitas de pessoas que possam de fato exercer práticas desportivas ou recreativas, através de passeios com a família. Mas para que se sintam seguras, é necessário que haja uma maior aparato de segurança pública e ao mesmo tempo que esses locais possam servir para reflexões quanto ao desenvolvimento sustentável. Lugares onde seja possível o contato com a fauna e a flora mais atrativos que possibilitem a experiência com o meio natural, locais onde as crianças possam aprender sobre a natureza e a vida social através do contato com as outras crianças e onde elas possam brincar. Enfim, locais que conduzam a uma harmoniosa interação social.

Esses fatores nos leva a entender que de fato os espaços públicos possam na verdade serem locais de visitação que ofereçam dignidade de vida para a parcela da população que não possuem recursos financeiros para irem aos locais distantes como o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, ou mesmos os parques particulares localizados no perímetro urbano.

Alguns exemplos de parques de preservação ambiental em Mato Grosso como o parque Nacional de Chapada dos Guimarães, mas sobretudo em áreas urbana como é o Parque Bernardo Berneck situado no município de Várzea Grande que é a segunda cidade maior do Estado de Mato Grosso.

O Parque Berneck é um parque municipal localizado na cidade de Várzea Grande, no estado de Mato Grosso. O parque possui uma área de 96 hectares, sendo 36 hectares de mata nativa e 60 hectares de área aberta para recreação. O parque foi criado em 1997, com o objetivo de preservar a biodiversidade local e oferecer um espaço de lazer e educação ambiental para a população. O parque conta com trilhas ecológicas, playground, quadras esportivas, lago, mirante, auditório e centro de visitantes. O parque é aberto ao público de terça a domingo, das 8h às 17h, e a entrada é gratuita. Sendo portanto, um local que favorece a promoção de atividades que promovam a ampliação de temas relacionados a temática ambiental.

Figura 1 -Bernardo Berneck



Fonte: Prefeitura de Várzea Grande (2020)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se tratar da relação homem natureza, vale ressaltar que a Geografia tem como objetivo a contribuição para o desenvolvimento de cidadãos críticos e participativos na sociedade que estão inseridos. Ao se discutir temas somente sobre a perspectiva apenas teórica sem a valorização de experiências que de fato sejam vivenciadas de maneira prática, sem levar em conta a relação de exploração homem e natureza, teremos um empobrecimento nos debates em relação a paisagem.

Os resultados da pesquisa apontam que o debate sobre a paisagem pode promover conhecimento, discussões e possíveis apontamentos que contribuirão para que se possa

debater de forma mais ampla a questão da preservação ambiental. E aulas de campos para áreas verdes podem sim serem uma opção para se propor novos debates.

A educação ambiental é um processo de aprendizagem que visa desenvolver a consciência crítica e a responsabilidade socioambiental dos indivíduos e das comunidades em relação ao meio ambiente.

A importância dos parques para a educação ambiental é evidente, pois eles são espaços que possibilitam o contato direto com a natureza, a sensibilização para a conservação da biodiversidade, a valorização da cultura local e o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre os problemas socioambientais. Os parques podem ser utilizados como cenários para a realização de atividades de educação ambiental formal e não formal, envolvendo diferentes públicos e metodologias. Alguns exemplos de parques que desenvolvem ações de educação ambiental são o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em Goiás, o Parque Nacional das Emas, também em Goiás, o Parque Nacional de Brasília, no Distrito Federal, e os parques urbanos de Belo Horizonte, em Minas Gerais. Esses parques oferecem oportunidades para os visitantes conhecerem a fauna e a flora nativas, aprenderem sobre a história e a cultura das comunidades locais, participarem de oficinas, palestras, trilhas interpretativas e outras atividades educativas. A educação ambiental nos parques contribui para a formação de cidadãos conscientes, responsáveis e comprometidos com a preservação do meio ambiente e com a melhoria da qualidade de vida.

## Referencial teórico

BRASIL. ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2019. **TODOS PELA EDUCAÇÃO. 8º ed. Editora Moderna.** Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br>>. Acesso em: 21 jun. 2019. BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

CALLAI, Helena Copetti. **Do ensinar Geografia ao produzir o pensamento geográfico.** In: REGO, Nelson (org.) et al. **Um Pouco do Mundo Cabe nas Mãos: Geografizando em Educação o Local e o Global.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos.** Campinas: Papirus, 2004. 192

CORREA, Roberto Lobato e ROSENDHAL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. 123 p.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação.** In: \_ (Org.). **Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista.** Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89-125.

FERREIRA, Eunice Freitas. **Licenciatura de Curta Duração: solução emergencial ou definitiva? 1982. 90 f. Dissertação** (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, PUC/RJ, 1982.

FERREIRA, Paula. **Estudo do MEC mostra que só uma das 20 metas de educação do país saiu do papel. Educação. O GLOBO. SOCIEDADE.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao>>. Acesso em: 19 jun. 2022.

FREIRE, Madalena. **A paixão de conhecer o mundo: Relato de uma professora. 3. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1983.**

GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar. A escola do mundo ao avesso.** Tradução de Sérgio Faraco. 7. ed. Porto Alegre: L&PM, 1999.

Gil, Antonio Carlos. **Estudo de caso.** São Paulo : Atlas, 2009. GONÇALVES, C. W. P. **Os (des) caminhos do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 1989

GUEDES, Patrícia Mota. **Mestre em Políticas Públicas pela Universidade de Princeton e gerente de pesquisa e desenvolvimento da fundação Itaú Social**, 2018.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação Ambiental Crítica**. In: LAYRARGUES, P. P. (org.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. 1ª ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004, p. 25-34.

GAZZINELLI, Maria Flávia. Representações do professor e implementação de currículo de educação ambiental. Cadernos de Pesquisa, n. 115, p. 173-194, 2002 HOUAISS, Antonio. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INEP (Brasil). **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro - Com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007**. Ministério da Educação- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília: Inep, 2009.

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-206, 2003.

LEFF, Enrique. Discursos sustentáveis. São Paulo: Cortez, 2010

LEFF, Enrique. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In:

MORAES, Maria Eugênia Bruck de; LORANDI, Reinaldo. **Métodos e técnicas de pesquisa em bacias hidrográficas - Ilhéus, BA: Editus, 2016**

NETO, José Batista. **A polivalência no contexto da docência nos anos iniciais da escolarização básica**”. **Revista Brasileira de Educação**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n50/v17n50a08.pdf>>. Acesso em: 7jun. 2019.

PEREIRA, Ivelise Cardoso, GUARIM NETO, Germano. **Educação Ambiental no Parque Florestal de Sinop Educação**. Cuiabá: EdUFMT,2009.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomokolyda; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez,2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006.

PUNTEL, G. A. **A paisagem no ensino da geografia**. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 283- 298, jan./jun. 2007